

um ponto de chegada e cada ponto de chegada não é senão um novo ponto de partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N., *Dicionário de Filosofia*, trad. Alfredo Bosi, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

ARISTÓTELES, *De Anima*, trad. e not. Maria Cecília Gomes dos Reis, São Paulo, Editora 34, 2012a, 2ª Ed.

_____. *Ética a Nicômaco*, trad. Edunb, São Paulo, Nova Cultural, 1996, (Coleção Os Pensadores).

_____. *Ética a Nicômaco Livro VI*, trad. Lucas Angioni, 2011. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/isp/dissertatio/revistas/34/12.pdf>> Acesso em: 04 dez. 2012.

_____. *Metafísica*, trad. e not. Edson Bini, São Paulo, Edipro, 2012b, 2ª ed., (Série Aristóteles. Clássicos Edipro).

BRENTANO, F., “*Nous Poiêtikos: Survey Of Earlier Interpretations.*” In: NUSSBAUN, M., RORTY, A. (Ed.). *Essays On Aristotle's De Anima*, Oxford, 1992, pp. 313-323.

LESHER, J.H., The Meaning of NOYΣ in the Posterior Analytics, *Phronesis*, Vol. 18, No. 1, pp. 44-68, 1973.

ROBINSON, T. *As origens da alma: os gregos e o conceito de alma de Homero a Aristóteles*, trad. Alaya Dullius, São Paulo, Annablume, 2010, (Coleção Archaí: as origens do pensamento ocidental, 1).

ROSS, D., *Aristotle*, London, Routledge, 1995.



O ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: NOVOS DESAFIOS

Kairon Pereira de Araujo Sousa¹

RESUMO

A filosofia, ao longo da história da educação básica brasileira, ocupou um lugar pouco privilegiado, utilizada apenas como matéria complementar e ministrada por educadores provenientes de variadas áreas do conhecimento. A inserção da filosofia, como disciplina obrigatória no ensino médio, é resultante de mobilizações de estudantes e profissionais da área que procuraram demonstrar, para a sociedade, a relevância da filosofia na formação do educando. Contudo, a partir da sua anexação ao currículo desse nível de ensino, novos desafios, quanto a sua práxis, emergiram demandando novas reflexões sobre seu ensino no nível médio.

Palavras-chave: Desafios; Ensino Médio; Filosofia.

THE TEACHING OF PHILOSOPHY IN HIGH SCHOOL: NEW CHALLENGES

ABSTRACT

Throughout the history of Brazilian primary and secondary school education, philosophy has not occupied a privileged position. It has been studied only as a complementary subject and taught by teachers from different fields of knowledge. The adoption of philosophy as a mandatory discipline in high schools is the outcome of mobilizations by students and professionals from this field, who advocate the importance of philosophy for the education of students. However, since its insertion in the curriculum at this level of schooling, there have

¹Bacharel em psicologia (UESPI), Licenciado em Filosofia (UFPI). Especializando em Ensino de filosofia no ensino médio (NEAD/UESPI).

been new challenges regarding its praxis surfaced, demanding new reflections on philosophy teaching in high schools.

Keywords: Challenges; High School; Philosophy.

Introdução

A história do ensino de filosofia no ensino médio no Brasil foi marcada por progressos e retrocessos; ora tal saber era inserido ou anexado como disciplina, ora retirado de sua grade curricular. Diversos questionamentos e explicações em torno dessa problemática surgiram, na tentativa de esclarecer tal aporia. Entre as justificativas para o afastamento da filosofia do ensino médio, pode-se elencar o perigo que esse saber representava para a ordem política em períodos distintos da história do país, principalmente em função da sua natureza problematizadora.

Durante alguns anos, os estudantes do ensino médio foram privados do contato com o conhecimento filosófico, ou o tinham de forma tímida e desconexa, através da atuação de professores graduados em outras áreas que ministravam a disciplina sem a formação adequada, contribuindo para a construção de uma visão distorcida em relação a esse saber. Esta situação desencadeou consequências tanto para o alunado quanto para a imagem da filosofia.

Em relação ao primeiro, pode-se destacar a ausência de uma atividade do pensar (filosofia) fundamental para a autonomia e emancipação intelectual do educando, que o estimule a um perfil investigativo, crítico e argumentativo. Quanto à segunda situação, corroborou para a visão da filosofia como conhecimento inútil ou mera teoria sem conexão com a realidade dos alunos, fomentando uma visão da filosofia como um saber difícil e inacessível aos não especialistas da área.

Contudo, no cenário atual, a partir de sua anexação ao currículo do ensino médio como disciplina obrigatória, a filosofia parece começar a vivenciar um novo período. Entretanto, diversos desafios emergem e principalmente em relação à atuação docente nesse nível de ensino. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo discutir os desafios sobre o exercício profissional na área da filosofia nesse nível de ensino. Destarte, mostra-se relevante, por abordar questões que envolvem a atividade filosófica no ensino médio, contribuindo para o esclarecimento, aperfeiçoamento e construção de um ensino de filosofia capaz de cumprir, nesse âmbito escolar, seu papel libertador, reflexivo e transformador, fomentando uma formação de mais qualidade aos estudantes do ensino básico.

Breve resgate da história do ensino de filosofia no país

Conforme Soares, “alguns temas filosóficos aparecem como conteúdo escolar no Brasil desde a chegada dos jesuítas no território brasileiro” (SOARES, 2012, p.16). Mas esse primeiro momento da filosofia no país, que remonta à época da colonização, é marcado por um ensino com traços doutrinários. Os conteúdos encontravam-se fortemente associados ao contexto teológico, cuja base teórica eram os textos de filósofos cristãos como os de Agostinho e São Tomás de Aquino. Por isso, não se pode falar em uma filosofia nessa fase, mas de um conhecimento teológico. Outro fato que reforça essa ideia é que, nesse tempo, os ensinamentos religiosos eram utilizados para a manutenção da ordem política vigente, não tendo um teor voltado para acriticidade, ou problematização da realidade da época, isto é, não podem ser considerados um ensino para a libertação ou transformação, fato incoerente com a proposta da filosofia. Deste modo, Cunha argumenta que:

Este aparelho tinha por função difundir as ideologias legitimadoras da exploração colonial, voltada para o reforço dos integrantes do aparelho repressivo, para a aceitação da dominação metropolitana através do reconhecimento da figura do rei de Portugal e, finalmente, para a ressocialização dos índios, de modo a integrá-los à economia da colônia como força servil de trabalho servil (CUNHA, 1986, p. 23).

Marco relevante nesse processo, de acordo com Soares (2012), é a ascensão do Marquês de Pombal ao poder em 1750. Fase de profundas modificações na esfera político-administrativa portuguesa, culminando na expulsão dos jesuítas do país, pois, entre as reformas operadas, o Marquês pretendia reduzir a influência religiosa da igreja no poder do Estado, de modo a torná-lo laico. Para Azeredo (2011), tal acontecimento foi essencial e representou um novo contexto para o ensino de filosofia no país. Além das reformas pombalinas, essa nova maneira de compreender o ensino de filosofia no Brasil ganhou força com outro fato histórico. Conforme demonstra o autor, “outro período que re-configurou o cenário da Filosofia, foi marcado pela vinda da Família Real, [...], fazendo a filosofia oscilar entre currículos humanistas e cientificistas, dependendo do movimento reformista” (AZEREDO, 2011, p. 37). Embora a filosofia figurasse apenas como uma disciplina introdutória em alguns cursos (medicina, direito, etc.), não ocupando ainda um lugar de prestígio, seu ensino não se encontra mais vinculado à tradição religiosa. Nesse estágio, o saber filosófico é fortemente influenciado pelos ideais iluministas e positivistas, portanto, desvinculado dos ensinamentos doutrinários.

Nessa direção, segundo Favaretto (2013), somente por volta das décadas de 1920 e 30, a filosofia integra os currículos escolares, de forma bastante tímida, sem constituir de fato uma disciplina, figurando apenas como conhecimento complementar, ou como lógica, ou como história da filosofia, ou como moral.

Na década de 60, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional equaciona uma base curricular para os cursos dos então conhecidos cursos

científicos e/ou clássicos (colegiais), mas como aponta Favaretto: “[...] a filosofia, curiosamente, não aparece neste momento de 1961 como obrigatória; ela está no currículo, mas como disciplina optativa e continua a existir nas escolas que já a ministravam” (FAVARETTO, 2013, p. 27).

No início dos anos 70, como indica o autor supracitado, com a Lei nº 5.692/71, a filosofia é excluída do currículo escolar (FAVARETTO, 2013). Neste período, de acordo com Soares, “[...] os dirigentes políticos impuseram um programa de modernização da economia alicerçado na repressão severa contra qualquer mobilização das oposições” (SOARES, 2012, p. 23). As práticas educativas tidas como formadoras de opinião pública foram estigmatizadas e suprimidas do currículo escolar da educação formal.

Essa opção programática educacional do governo se justifica pelo potencial de problematização e despertar que tais saberes poderiam promover na população com destaque, principalmente, para a filosofia, pois tal conhecimento representava uma ameaça à ordem vigente. Por isso, para Pegoraro (1979), durante a ditadura a filosofia foi retirada² dos currículos do ensino médio, como estratégia do poder estabelecido para não excitar pensamentos divergentes do sistema. Desta maneira, Favaretto também argumenta que “[...] o que o regime militar pretendia como educação, a filosofia seria uma coisa não recomendável, porque estaria sendo exercida, no final da década de 1960, por pessoas que faziam da disciplina, digamos, um lugar de subversão”, ou seja, “uma reflexão sobre o País que o regime não julgava realmente comprometida com a educação, mas apenas com a ideologização” (FAVARETTO, 2013, p. 27). O objetivo, então,

²Nota-se, contudo, que a retirada da filosofia no período militar do currículo do ensino médio, deve-se, além do fator destacado, ao modelo educativo que a ordem vigente propunha ao país, isto é, à forma de ensino que se pretendia para o momento: uma formação mais técnica. Sendo assim, o caráter educativo que se buscava, durante o contexto militar, era educar para o trabalho (uma educação para a prática).

era substituir a reflexão crítica própria da filosofia por uma espécie de saber ideológico, convergente com o período militar.

Nas palavras de Soares, “a abertura política ocorrida com o último presidente representante da República Militar, General João Batista Figueiredo, possibilitou aos defensores do ensino de Filosofia reivindicarem uma legislação a favor da Filosofia” (SOARES, 2012, p. 24). Entretanto, mesmo na fase inicial da democracia brasileira, o pensar filosófico, por conta recursos ideológicos, foi recolhido e afastado dos currículos do ensino médio.

Analisando o currículo escolar quanto ao ensino da filosofia, durante a década de 90, Sá Júnior e Biella apontam que:

E, embora na década de 1990 a LDB tenha determinado que ao final do ensino médio o estudante devesse “dominar os conteúdos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania” (Lei no 9.394/96, artigo 36), nem por isso a Filosofia passou a ter o mesmo tratamento que os demais componentes curriculares: mantendo-se no conjunto dos temas ditos transversais (SÁ JÚNIOR; BIELLA, 2012, p. 7).

Nota-se, assim, que a implantação da filosofia como uma disciplina obrigatória ao ensino médio foi um processo marcado por progresso e retrocesso. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) afirma que:

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que, ao final do ensino médio, o educando demonstre: [...] Domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários para o exercício da cidadania (LDB, 1996, artigo 36, §1, inciso III).

Todavia, como observa Soares (2012), a LDB de 1996 vem marcada por alguns pontos controversos ou ambíguos. Nessa perspectiva, apesar da filosofia apresentar-se mais valorizada em relação à LDB 5.692/71 (instituída no governo militar, no qual foi afastada do currículo escolar), a lei citada (artigo 36) não

especifica o modo como tal disciplina deveria ser ofertada. Esta ambiguidade em relação ao modo de transmissão desse saber resultou no uso, pelas instituições de ensino, de outras disciplinas caracterizadas como conhecimentos capazes de estimular a discussão filosófica (como a geografia e a história), em substituição à filosofia. Essa visão contribuiu para fazer da filosofia uma disciplina de caráter optativo, não existindo um espaço específico para seu ensino nas salas de aula.

Contudo, somente a partir de 2008, com a lei 11.684/08 que apresenta um inciso ao artigo 36 da LDB - nº. 9.394/96, a filosofia é incorporada ao ensino básico como uma disciplina obrigatória. Sendo assim, nessas “[...] oscilações históricas entre presença ou ausência [...]” (SOARES, 2012, p. 23), “[...] criou-se para a filosofia um hiato em termos de amadurecimento como disciplina na Educação Básica” (SÁ JÚNIOR; BIELLA, 2012, p. 7).

Nesse contexto, conforme Tomazetti, “[...] a afirmação da importância da tão esperada e conquistada presença obrigatória da Filosofia no currículo do Ensino Médio [...] não encerra a questão” (TOMAZETTI, 2012, p. 42, *itálico nosso*). Em outros termos, se durante alguns anos os estudiosos desse saber lutaram para assegurar à filosofia seu espaço enquanto conhecimento fundamental na formação dos estudantes do ensino básico, com sua presença como disciplina oficial no ensino médio, novos desafios emergem, principalmente, em relação ao modo de exposição do seu saber nesse *level* educativo e/ou escolar.

Com base nessa exposição, um dos desafios iniciais impostos aos educadores da filosofia, nesse novo momento filosófico na educação básica do país, é a desconstrução dos estereótipos, preconceitos e/ou descrenças distorcidas acumulados ao longo dos anos a respeito da contribuição da filosofia para a formação dos jovens estudantes do ensino médio. Pois os questionamentos em torno de sua relevância como disciplina formativa ainda despontam com certa frequência em discursos como: “o que é filosofia?” “Qual a

sua importância? ” Cabe elencar como questão relevante à discussão: que fatores têm contribuído para que a filosofia seja vista com certa indiferença entre os alunos e em geral na comunidade escolar composta pelos diversos agentes educativos?

A práxis docente de filosofia no ensino médio

Favaretto (2013) assinala que, ainda na década de 60, o ensino de filosofia nas escolas públicas e privadas era efetuado por professores provenientes das mais variadas áreas, com poucos educadores com formação filosófica ministrando aulas. Destarte, de acordo com o autor referenciado, era comum:

[...] médicos, sacerdotes, engenheiros, enfim, *qualquer pessoa que pudesse cobrir aquela falta, que se considerasse ter conhecimentos e que pensasse; no interior era muitas vezes o delegado de polícia, o juiz, o médico ou o sacerdote, e muitas vezes até o sargento do tiro de guerra [...] quem dava aula de filosofia*” (FAVARETTO, 2013, p. 27, itálico nosso).

Tendo como base esta concepção, não era necessário ter formação em filosofia para ensinar a disciplina. Deste modo, qualquer professor com título de nível superior ou que demonstrasse familiaridade com a disciplina de filosofia poderia exercer tal ofício, o que constituiu um fator negativo para o reconhecimento do saber filosófico. Tal situação, como constatada por Favaretto (2013), manteve-se durante muito tempo e ainda hoje é grande o número de professores de outras áreas ministrando a disciplina de filosofia. Em pesquisa realizada com educadores do município de Barbacena (MG), Soares (2012) verificou que no período dessa sondagem, dos dezoito educadores que responderam ao questionário da pesquisa e que ensinavam a disciplina, sete possuíam formação acadêmica em outras áreas do conhecimento, não tendo,

assim, formação universitária em filosofia. Por este motivo, ele afirma: “se para muitos professores graduados em Filosofia ensiná-la não é fácil, imaginemos para os docentes oriundos de outras áreas do conhecimento [...]” (SOARES, 2012, p. 59).

Nessa linha, Alves pontua que: “o professor de filosofia deve ser antes de tudo filósofo, por isso é importante a expressão filósofo-educador para designá-lo, “[...] não como alguém que ensina a filosofia ou a transmite”, mas, acrescenta ele, “como alguém que atua e inspira os que estão a seu redor a tomar a mesma atitude” (ALVES, 2011, p. 222, itálico nosso).

Do mesmo modo, Aspís defende que “[...] o professor de filosofia deve ser filósofo”. Para ela, “[...] as aulas de filosofia são aulas de filosofar da mesma forma que ensinar filosofia é produzir filosofia. Assim sendo, aulas de filosofia são produção de filosofia” (ASPIS, 2004, p. 310), devendo ser transmitida por educadores-filósofos.

A educação desqualificada e alienante dos docentes, recorrente ao longo da história do ensino de filosofia no nível básico, foi um dos fatores que corroborou para o desinteresse por parte dos alunos em relação a tal disciplina (BARBOSA, 2005). Mesmo com o estabelecimento da lei 11.648/08, as aulas de filosofia, em algumas escolas, tanto públicas quanto privadas, ainda costumam ser exercidas por profissionais de outras áreas³, em muitos casos, como mero preenchimento de carga horária (SOARES, 2012, p. 59), representando como sublinha Aspís: “[...] um faz-de-conta. Faz-de-conta de democracia, (...), faz-de-

³Aqui, é interessante registrarmos a observação realizada por Soares: “a designação de um professor graduado em área distinta da Filosofia pode no momento ser a única saída para as escolas existentes em regiões desprovidas de professores licenciados em Filosofia [...]” (SOARES, 2012, p. 59). Atualmente, diversas instituições de ensino no país têm investido na formação de docentes na área da filosofia, para atenderem à demanda existente no nível médio.

conta de criação de conceito, de formação de subjetividades autônomas” (ASPIS, 2004, p. 312), etc.

Assim, a posição pouco privilegiada da filosofia é reforçada por práticas docentes desconexas, exercidas por docentes não habilitados tecnicamente para o ofício, que em certos casos, encontram-se tão perdidos na disciplina quanto os alunos (BARBOSA, 2005). Essas atuações improvisadas, corriqueiras e distantes ocultam o potencial transformador da filosofia, enquanto conhecimento capaz de proporcionar a formação de estudantes mais reflexivos, críticos ou questionadores, contribuindo, dessa forma, para a visão da filosofia como uma disciplina sem importância prática e/ou mesmo teórica no processo formativo do cidadão.

Neste ponto, a inclusão da filosofia como disciplina obrigatória no ensino médio e, atualmente, em concursos de vestibulares (como, por exemplo, o ENEM), demanda uma reestruturação⁴ da própria atuação docente, com profissionais com formação acadêmica de qualidade, o que é fundamental para fazer da filosofia uma disciplina mais envolvente, conduzindo o aluno à participação e entrega ao seu saber libertador e questionador. Em outros termos, significa levarmos às nossas escolas professores com uma boa formação filosófica, de modo a desconstruirmos a falta de interesse do alunado com a disciplina.

⁴ Infelizmente, nossas salas de aula têm sido ocupadas por educadores sofistas (os sofistas foram professores gregos, criticados por Sócrates, por praticarem uma educação alheia à busca da verdade e a formação de cidadãos conscientes.) pouco comprometidos com a formação de indivíduos críticos, capazes de atuarem na realidade social na qual estão inseridos, de modo libertador. E nesse cenário degradante, temos vários educadores alienados, mal qualificados, que pouco leem, não criam, não escrevem, mas apenas recitam as ideologias que ingerem, sem nenhum senso crítico, de leituras pobres da internet ou dos livros didáticos. A consequência é que não se formam alunos diferenciados, pesquisadores e leitores. Se o educador é alienado, teremos por consequência educandos também alienados. Nesse ponto, o ensino médio, muitas vezes, é percebido como um espaço pouco produtor, quando, na realidade, é rico em experiências, ideias e criatividade que não aparecem, porque o educador, e também o modelo de ensino, não estimulam.

Quanto ao perfil do profissional da filosofia atuante no ensino médio, Carvalho e Cabral afirmam:

Com essa perspectiva esperada do ensino de filosofia, exige-se do profissional que tem hoje a tarefa de ensinar a filosofia um perfil no qual esteja incluído o domínio do instrumental filosófico da tradição — obtido no estudo sistemático da história e dos problemas da filosofia — com rigor, criticidade, independência intelectual e portador de um comportamento ético consciente e crítico da moralidade e da ordem política existente. Um profissional, pelo menos no nível mais alto, com capacidade de acesso à maior parte da bibliografia especializada na busca de solução para as questões filosóficas centrais que o tempo histórico exige. Um profissional capaz de lidar com o cientificismo, bem como de dar conta criticamente do mundo tecnológico em que estamos inseridos e das vertiginosas transformações que ele produz, de um lado, e do mundo social arcaico e atrasado em que ainda vivemos no Brasil e em alguns outros países, de outro lado (CARVALHO; CABRAL, 2011, ps. 93-94).

Cabe destacar que os estudantes do ensino médio, normalmente, são jovens adolescentes em plena fase da busca de significações sobre o mundo e sua realidade. Vivenciam um período de inquietação, de necessidade de questionar as coisas e encontrar respostas para elas. Momento propício, onde é possível trabalhar a capacidade de argumentação, de crítica, interpretação e análise dos textos filosóficos, aguçando suas curiosidades e redirecionando suas energias em atividades que lhes permitam crescimento individual e coletivo. Como argumenta Aspís:

As inquietações dos jovens pela busca de compreensão, de significado e valor da realidade são genuínas e precisam de respeito para serem de alguma forma apaziguadas pelas respostas complexas encontradas, por mais provisórias que sejam. (...). *Não há razão para pensarmos o ensino de filosofia se não for da filosofia vivae vivificante que pode ser construída a partir das aflições tão humanas[...]*⁵ (ASPIS, 2004, p. 309, itálico nosso).

⁵ Entretanto, essa tarefa árdua só pode ser efetuada por alguém com habilidades teórico-prático-pedagógicas, capaz de manejar com eficiência seu instrumento de trabalho: a filosofia. Nesse ponto, Alves defende que: “*é preciso que o professor de filosofia se perceba primeiramente como filósofo, apaixonado-se pela filosofia, seja atuante, para assim, fazer com que*

Diante desse encantamento e incômodo perante a ordem vigente da vida, a filosofia surge trazendo uma nova maneira de se contemplar e desvendar essa realidade, elaborando conceitos e critérios que nos permitem sair, como já dizia Platão, do mundo das sombras, ou seja, da caverna. Considerando esses aspectos, o ensino da filosofia é algo que exige empenho, conhecimento e habilidades necessárias, como forma de envolver esses estudantes. Como ainda destaca Aspís:

As aulas de filosofia, como lugar da experiência filosófica, têm como objetivo oferecer critérios filosóficos para o aluno julgar a realidade por meio da prática do questionamento filosófico e da construção de conceitos, por meio do exercício da criatividade e avaliação filosóficas. Assim, além dos critérios e do modo de pensar da indústria, do consumismo ou da mídia, além dos critérios e do modo de pensar da tradição e da ciência, o aluno passará a dispor dos critérios e do modo de pensar da filosofia para compor seu pensamento de forma autônoma, autoconsciente e, portanto, metacognitivo (ASPIS, 2004, p. 310).

Para que as aulas de filosofia sejam mais atrativas, propiciando o interesse dos educandos em relação ao seu saber, e que o seu ensino seja significativo na formação dos jovens estudantes do ensino médio, estimulando-os ao raciocínio, à problematização, etc., através, como defende Deina (2007), de uma educação voltada para a cidadania, faz-se necessário que tal *mister* seja efetuado com qualidade e por profissionais com formação acadêmica adequada, “[...] com seriedade o bastante para não fazer dela uma brincadeira ou uma recreação [...]” (ALVES, 2011, p. 219).

seus alunos também gostem da disciplina e sintam também vontade de filosofar” (ALVES, 2011, p. 222, itálico nosso).

Os desafios do ensino de filosofia no ensino médio

Como referido acima, o ensino da filosofia com qualidade foi afetado, principalmente, em função da atuação de docentes de outras áreas como ministrantes da disciplina, lecionando a matéria de forma improvisada, às vezes, sem nenhuma referência clara ao conjunto teórico da filosofia. Entretanto, novos desafios se impõem aos docentes com formação na área, sendo um deles a tarefa de desconstruir os mitos e estigmas em relação ao saber filosófico, resgatando sua grandeza e utilidade enquanto conhecimento problematizador e fundamento⁶ das demais disciplinas.

Com base na argumentação exposta até aqui, nota-se, com a reincorporação da filosofia como disciplina obrigatória ao ensino médio, um cenário de novos desafios e perspectivas aos profissionais qualificados para a atividade docente nesse nível de ensino. Dentre eles, cabe apontar as seguintes questões: Como ensinar a filosofia no contexto do ensino médio? Como adequar os conteúdos, teorias e problemáticas filosóficas de modo a fazer com que os alunos tenham um maior interesse ou envolvimento com a disciplina? Que aporte teórico aprofundar? Como motivar o alunado à participação em uma disciplina vista como especulativa e sem valor prático?

Nessa direção, Carvalho e Cabral afirmam que: “abre-se uma dificuldade a mais diante do professor de filosofia na definição do que é que ele vai ensinar, frente às mais variadas alternativas que lhes são postas à disposição pelas ‘filosofias’ e suas definições” (CARVALHO; CABRAL, 2011, p. 92).

⁶Entende-se a filosofia como fundamento das demais disciplinas, no sentido de que a filosofia não tem um objeto específico de estudo, ou seja, “[...] todos os objetos de algum modo lhe pertencem[...]” (DEINA, 2007, p. 13). Os problemas levantados dentro do campo das ciências (geografia, biologia, química, etc.) não deixam de ser filosóficos, isto é, são fonte de reflexão da filosofia que tem uma base conceitual para abordá-los.

Ora, o conhecimento filosófico aborda temas de natureza universal, investigações abstratas que requerem uma abordagem mais detalhada. E, então, o professor de filosofia ver-se diante de outro desafio: como ensinar os conteúdos da filosofia? Em outras palavras: como ensinar a filosofia no ensino médio? Sendo seu ensino uma tarefa complexa em um meio acadêmico (universitário), o que esperar de nível de ensino com uma clientela, em muitos casos, com limitações quanto à leitura e interpretação de textos?

A respeito desta questão, Tomazetti destaca que temos que considerar que o aluno, em muitos casos, “[...] não chega com o capital cultural esperado e julgado adequado” (TOMAZETTI, 2012, p.43). Essa situação dificulta ainda mais a tarefa do professor de filosofia, pois a abordagem de temas abstratos e de natureza cultural letrada, com alunos com repertório acadêmico empobrecido, representa um obstáculo que o professor tem que superar. O que, todavia, não é algo simples de se fazer.

No que se refere ao ensino de filosofia, além das limitações dos alunos, também devemos tratar das limitações por parte dos professores. Ora, os educadores também encontram dificuldades quanto ao modo de ensinar a disciplina, deparando-se com as seguintes problemáticas: Qual metodologia seguir? Deve-se partir das temáticas específicas ou da história da filosofia? Quanto a estas questões, existe uma discussão acalorada entre os pesquisadores e educadores da educação básica. Alguns preferem trabalhar os conteúdos da disciplina partindo da reflexão sobre determinadas temáticas, introduzindo a história da filosofia. Outros, em contrapartida, utilizam a história da filosofia, procurando associá-la ao contexto atual.

O viés de seleção de conteúdos para exposição no ensino médio pressupõe que o educador, conhecedor da sua realidade de trabalho, esteja inteiramente atento às necessidades da sua turma. Em determinadas circunstâncias, o ensino

meramente histórico da filosofia pode não ser algo que seduza os estudantes. Dito de outro modo, o aluno pode encontrar dificuldades para criar associações com essas teorias, levando-o ao desinteresse com a disciplina.

Embora, alguns filósofos e pesquisadores da filosofia, como Hegel (1989) e Alves (2012), afirmem não poder existir ensino da filosofia sem a recorrência à sua história. Apresentar somente o enfoque historiográfico pode ser algo comprometedor à natureza ou essência da filosofia, pois, como argumenta Aspís:

Não podemos aceitar que se chame conteúdo filosófico o conjunto de ideias de um determinado pensador. Não podemos aceitar que o professor selecione este que chama de conteúdo para levar os alunos a determinadas conclusões. O conteúdo, quando imaginado como ferramenta, passa a ser doutrina, teoria escolhida para leitura do real (ASPIS, 2004, p. 317).

Com isso, não se deve entender que o ensino da história da filosofia, práxis realizada tanto na universidade quanto no ensino médio, seja um modelo desvalorizado. Entretanto, se desejamos um ensino de filosofia mais provocador, é interessante superarmos a repetição, educando “[...] para o pensamento original” (ASPIS, 2004, p. 313).

Por isso, para Aspís (2004), ensinar a filosofia no ensino médio é ensinar o aluno a pensar, a refletir, a problematizar. Ora, o ensino de filosofia não pode ser pensado como apenas uma transmissão automática de conteúdos serem memorizados. Sua tarefa consiste em estimular o exercício da racionalidade. Vejamos o que nos diz Kohan: “[...] não há ensino filosófico na mera transmissão dos conteúdos de uma tradição, na comunicação dos problemas e conceitos criados pelos filósofos, com todo o interesse e importância que essas práticas possam ter” (KOHAN, 2013, p. 78). Nesse prisma, ensinar filosofia no ensino médio significa instigar a curiosidade e a inquietação dos alunos, criando

situações desafiadoras que os convidem a pensar e desenvolver soluções para elas.

Quanto à questão da dificuldade de leitura e interpretação, Rodon aponta uma possível solução:

Sendo bem objetivos, acreditamos que nós, professores de filosofia, podemos auxiliar a desenvolver nos educandos uma nova atitude em relação ao ler e escrever, isto é, desde o estabelecimento pleno dos processos de letramento até a percepção de que essas dimensões são fundamentais como possibilidade de ampliação da capacidade de interpretar e agir no mundo (RODON, 2013, p. 75).

Para o referido autor, um recurso para adequar os conteúdos, teorias e problemáticas filosóficas, envolvendo os alunos com a disciplina, seria “[...] começar com a escolha de temas sugeridos pelos alunos, mediados pelos programas estabelecidos pela escola e/ou professor responsável” (RODON, 2013, p. 68). Sendo assim, não necessariamente, o educador precisaria ministrar os conteúdos da disciplina na sequência preestabelecida pelos livros didáticos.

Sobre a questão, Carvalho e Cabral afirmam que: “[...] o elemento vivido pelo alunado pode ser o portal de acesso às problemáticas filosóficas específicas, não uma desculpa para fugir ao trabalho do conceito, do uso das ferramentas filosóficas” (CARVALHO; CABRAL, 2011, p. 94).

Nesse sentido, o ensino da filosofia teria como ponto de partida a reflexão da própria realidade do alunado, ou seja, das problemáticas vivenciadas no cotidiano que o desafiam e para as quais a filosofia tem um olhar conceitual que o auxilia a enfrentá-las. Se considerarmos estas sugestões, então, os aportes teóricos mais trabalhados seriam aqueles que se relacionam com os dilemas vigentes durante o período da disciplina, ou seja, das problemáticas que emergem na sociedade e/ou no cotidiano e que incomodam o estudante, motivando-o a reflexão e busca de explicações para elas.

Aqui, talvez, a partir das propostas de Rodon (2013), Carvalho e Cabral (2011) e Aspís (2004), possamos traçar uma resposta a outro desafio enfrentado pelo professor de filosofia: Como motivar o alunado à participação em uma disciplina vista como especulativa e sem valor prático? Uma das primeiras estratégias para esse problema é fazer com que o estudante se sinta participante do processo educativo. Deste modo, o educador tem papel fundamental para que eles se sintam motivados.

Aspís (2004) indica que o educador é um modelo, e para possibilitar uma experiência filosófica com os estudantes, deve ele mesmo renunciar ser o proprietário das verdades, desenvolvendo uma educação para autonomia. Assim, “ele tem o papel de orientar um grupo que estuda e investiga junto e tem o papel de provocar os alunos para que tenham ideias” (ASPIS, 2004, p. 315). Portanto, para motivarmos os alunos à participação em uma disciplina vista como especulativa, é preciso que as aulas de filosofia, segundo ela, sejam um espaço para a criação.

Quanto à questão, Kohan aponta que “é nessa perspectiva que podemos pensar a aula de filosofia como uma oficina de pensamento” (KOHAN, 2013, p. 78), na qual a filosofia é desenvolvida como um ofício do pensar, pois, “numa oficina, o pensamento se abre a outros pensamentos”. Destarte, “numa oficina de pensamento [...], todos se envolvem, participam de sua feitura, proporcionam textos, ideias, perguntas, sugerem temas a serem incorporados” (KOHAN, 2013, p. 79).

Contudo, consoante a esses desafios elencados, cujo algumas sugestões despontam como possíveis soluções às problemáticas que o educador-filósofo se depara no ensino médio, existem outros obstáculos não menos importantes de serem analisados.

Por esta forma, retomando as questões anteriores deste tópico: como ensinar a filosofia no contexto do ensino médio? Como adequar os conteúdos, teorias e problemáticas filosóficas de modo a atrair os alunos para o envolvimento com a disciplina? Que aporte teórico aprofundar? Como motivar o alunado à participação em uma disciplina vista como especulativa e sem valor prático? Apesar das orientações apontadas pelos estudiosos do tema referente a tais problemáticas, outro desafio que surge é: como ensinar filosofia num contexto de carga horária reduzida?

Conforme Deina (2007), a organização curricular do ensino médio acaba impondo limites ao ensino da filosofia, pois no currículo instituído, as horas-aula são distribuídas para cada disciplina, algumas com carga horária maior do que as demais.

Em pesquisa na cidade de Barbacena-MG, Soares (2012) observou que muitas escolas do município, no período, disponibilizavam apenas uma aula por semana para a disciplina, o que corresponde ao mínimo estabelecido pela legislação. Sendo assim, assinala que:

Na medida em que o professor de Filosofia encontra-se com cada turma do ensino médio somente uma vez na semana produz dificuldades no desenvolvimento dos conteúdos estudados, porque alguns assuntos para serem efetivamente compreendidos pelos alunos demandam tempo suficiente para os discentes perceber como o conceito foi construído ao longo da História da Filosofia ou no transcorrer da vida de um filósofo (SOARES, 2012, p. 62).

Nessa linha, Deina argumenta que:

mesmo que a filosofia fosse a área do conhecimento contemplada com a maior carga-horária, dentre todas as disciplinas do currículo, ainda assim seu ensino seria limitado: é simplesmente impossível, por exemplo, abarcar todos os seus grandes temas, contemplando a sua historicidade [...] (DEINA, 2007, p. 13).

Considerando o exposto, como ensinar para os estudantes a filosofia? Como trabalhar com esse público os conteúdos e/ou conceitos complexos da filosofia? Ora, se para avançar na disciplina é fundamental que os alunos tenham compreendido o assunto anterior, então, o professor não conseguirá desenvolver todos os conteúdos propostos nos livros didáticos, “[...] principalmente, se o docente tiver a preocupação de deixar o conceito somente quando os discentes sabem o suficiente para que outro conceito seja trabalhado” (SOARES, 2012, p. 63).

Assim, são relevantes as palavras de Soares quando afirma que: “[...] nas escolas onde esse processo ocorre torna-se um desafio para o docente lidar com um ambiente onde ele e sua disciplina são vistos como intrusos” (SOARES, 2012, p. 62).

Conclusão

O ensino de filosofia no cenário educativo atual, mais precisamente a partir de 2008, com a lei complementar 11.684/08, vivencia um novo momento, configurado pela sua inserção no currículo obrigatório do ensino médio. Essa inserção é resultado das mobilizações de educadores, intelectuais e estudantes que empreenderam esforços para que tal saber, como uma fonte de conhecimentos indispensável à formação acadêmica e social dos adolescentes, tivesse seu espaço garantido no rol das disciplinas ofertadas no currículo escolar.

Entretanto, “a afirmação da importância da tão esperada e conquistada presença obrigatória da Filosofia” não encerrou os desafios, abrindo “uma série de outras questões” (TOMAZETTI, 2012, p.42). Em outros termos, os desafios em relação ao ensino de filosofia não se esgotaram com essa conquista. Isso significa que se a preocupação, anteriormente, era a respeito da sua presença no

currículo, agora as discussões ou problemáticas se voltam para o seu ensino no nível médio, ou seja: como ensinar a filosofia para os estudantes do ensino médio?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. D. P. Filosofia sem filósofos: análise de conceitos como método e conteúdo para o ensino médio. In: SÁ JÚNIOR, L. A.; BIELA, J. (Org.). *Filosofia no ensino médio: desafios e perspectivas*. Natal, RN: EDUFRN, 2012. p. 67-86.

ALVES, L. C. R. PCN's e ensino de filosofia na escola pública: desafios e perspectivas. *Intuitio*, Porto Alegre, v.4, n. 2, 2011, p. 215-223, novembro.

ASPIS, R. P. L. O professor de filosofia: o ensino de filosofia no ensino médio como experiência filosófica. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 24, n. 64, 2004, p. 305-320, set./dez.

AZEREDO, J. L.O papel da história da filosofia no ensino médio: uma interrogação a partir de Deleuze. *Saberes*, Natal – RN, v. 1, n.6, 2011, p 34-52, fevereiro.

BARBOSA, C. L. A. *A filosofia no ensino médio e suas representações sociais*. Niterói. 181 p. Tese (Doutorado em educação-área Cotidiano Escolar) – Universidade Federal Fluminense, 2005.

BRASIL. *Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008*. Torna obrigatório o Ensino das disciplinas de Filosofia e Sociologia no ensino médio. Brasília – DF.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília – DF.

CARVALHO, H. B. A.; CABRAL, C. L. O. A filosofia no ensino básico: diagnóstico e perspectivas nas escolas urbanas de Teresina (PI). *Cadernos do pet filosofia*, v. 2, n.4, 2011, p. 91-113, jul-dez.

CUNHA, L. A. A. *Universidade Temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

DEINA, W. J. *Filosofia no Ensino Médio e o Problema da Formação Política: uma discussão sob a perspectiva da Teoria Crítica*. São Paulo. 172 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de educação - Universidade de São Paulo, 2007.

FAVARETTO, C. A filosofia e o seu ensino. In: CARVALHO, M.; CORNELLI, G. (Org.). *Ensinar filosofia: volume 2*. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013. p. 19-36.

HEGEL, G. W. F. Introdução à história da filosofia. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. In: _____. *Hegel*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 81-158. (Coleção Os Pensadores, v. 2).

KOHAN, W. Como ensinar que é preciso aprender? Filosofia: uma oficina de pensamento. In: CARVALHO, M.; CORNELLI, G. (Org.). *Ensinar filosofia: volume 2*. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013. p. 74-83.

PEGORARO, O. *Política da filosofia no Brasil. Zero Hora*. Porto Alegre, 1979.

PLATÃO. *A república (livro VII)*. Brasília: Universidade de Brasília, 1985. p.46-51.

RONDON, Roberto. Entre o universalismo da tradição filosófica e a diversidade local nas escolas e seus sujeitos. In: CARVALHO, M.; CORNELLI, G. (Org.). *Ensinar filosofia: volume 2*. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013. p. 60-72.

SÁ JÚNIOR, L. A.; BIELA, J. Apresentação. Natal, RN: EDUFRN, 2012. p. 7-15. In: *Filosofia no ensino médio: desafios e perspectivas*.

SOARES, W. L. O. *Um estudo sobre os desafios de ensinar filosofia nas escolas com ensino médio na cidade de Barbacena/MG*. São João Del Rei. 85 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação - Universidade Federal de São João Del Rei, 2012.

TOMAZETTI, E. M. Filosofia como disciplina: entre a instituição, a vigilância e o pensar filosófico. In: JÚNIOR, L. A. S.; BIELA, J (Org.). *Filosofia no ensino médio: desafios e perspectivas*. Natal, RN: EDUFRN, 2012. p. 37-49.